



Assembleia de Freguesia de Arroios

Grupo do Partido Socialista na Assembleia de Freguesia de Arroios

Moção “Contra a presente política de apoio às artes”

Nos últimos anos, a política de apoios do Estado às artes - ou a falta dela - levou ao desaparecimento de inúmeras estruturas artísticas nacionais cuja atividade era fundamental para a diversidade da oferta cultural do país.

Aparentemente alheio à realidade de que, num país onde o mecenato é praticamente inexistente a única cultura que é auto-sustentável é a de massas, o Estado tem vindo cada vez mais a desresponsabilizar-se do seu papel de promotor do desenvolvimento cultural e artístico, forçando a grande maioria dos profissionais qualificados destas áreas a emigrar ou simplesmente a cessar a sua atividade.

A mendicidade, realidade para a qual o atual Governo tem vindo a empurrar os seus artistas, é transversal aos profissionais de todas as idades e de todas as áreas artísticas. Afeta, não só os mais jovens que, sem condições para desenvolverem as suas capacidades numa estrutura cujo foco não é o sucesso comercial, são obrigados a desistir ou a enveredar por outros circuitos mais rentáveis como a televisão ou a publicidade, como também os artistas que há 10, 20 ou mesmo 30 anos desenvolvem de forma louvável a sua profissão, criando a muito custo estruturas que, entre outras coisas, servem de apoio e acolhimento a projetos de artistas emergentes e promovem um pensamento crítico sobre a nossa sociedade e os valores instaurados.

Não tendo sido nunca perfeito, o funcionamento de estruturas como o Instituto do Cinema e do Audiovisual (ICA) ou a Direção Geral das Artes (DGA) tem vindo a deteriorar-se de tal forma que a reação da comunidade artística é agora de completa descrença e antagonismo contra estruturas que supostamente existem para os apoiar.

A forma como a DGA desrespeita prazos de abertura de candidaturas e lançamento de resultados das mesmas, obriga a que se mantenha a programação apesar da incerteza de financiamento.

Quando os resultados chegam já é tarde demais. Perante o não-apoio, a única solução parece ser dispensar pessoas, cancelar projetos ou até mesmo fechar portas. Os resultados das candidaturas apresentadas em janeiro só foram divulgados em junho e desta forma é impraticável existir qualquer tipo de programação anual.

Os protestos não reivindicam apenas mais financiamento, reivindicam também transparência: este ano a DGA eliminou por completo a possibilidade de contestação dos resultados, tornando as suas decisões finais e irrevogáveis.

Sem uma explicação dada por quem de direito, as estruturas questionam-se sobre os critérios do júri para a atribuição e não-atribuição destes apoios. Questionam-se também porque é que algumas estruturas têm de ir a concurso e outras recebem financiamento direto da Secretaria de Estado da Cultura.

A polémica não afeta só as artes performativas ou a DGA. Também no cinema a divulgação dos nomes dos júris indicados para os concursos de 2015 foi envolta em controvérsia. Os profissionais da área exigem que haja uma maior transparência, cuidado e fiscalização na escolha dos júris para que não sejam escolhidas pessoas com interesses diretos nos resultados dos concursos e/ou sem currículo e mérito cultural que justifique o cargo que lhes está a ser atribuído.

Numa altura em que o cinema português é alvo de atenção e reconhecimento em numerosos festivais internacionais, cá dentro as produtoras debatem-se com a falta de financiamento para os seus projetos. Nunca se fizeram tão poucos filmes como este ano e nunca se recebeu tão mal.

Se a produção cultural no nosso país ainda não parou completamente deve-se à resistência e perseverança de todos os que continuam a criar sem nada receberem ou a trabalhar por um valor muito inferior ao estipulado e justo.

Em suma, o programa cultural do atual governo parece envolver um esforço para anular qualquer tipo de diversidade cultural que possa de alguma forma contestá-lo, continuando a apoiar e a promover exclusivamente uma cultural popular e populista que defende os seus valores. É uma espécie de censura velada que está a atirar os nossos artistas mais competentes e talentosos para fora do seu país.

Em Lisboa, as ausências são numerosas e o silêncio destas vozes sente-se de forma bastante palpável. O Brasil, o Reino Unido, Espanha e Berlim são os destinos mais escolhidos. Quem sai dificilmente pensa em voltar. A experiência de ver o seu trabalho valorizado e recompensado fá-los ver como de facto em Portugal não há falta de qualidade, nem falta de talento - como muitas vezes se diz - há apenas falta de condições e falta apoio da parte do Estado e do mecenato privado para que projetos de qualidade possam ser desenvolvidos e posteriormente reconhecidos internacionalmente - por oposição ao que acontece normalmente que é terem de ser produzidos fora para depois serem valorizados internamente.

Queremos que o atual governo reconheça a importância da cultura na criação da identidade de um país e na educação dos seus habitantes e exigimos uma política cultural que apoie e promova a arte e os artistas.

Depois de aprovada, esta moção deverá ser enviada a todos os Grupos Parlamentares presentes na Assembleia da República, à Comissão Parlamentar de Educação, Ciência e Cultura, ao Primeiro Ministro e ao Secretário de Estado da Cultura.

Assembleia de Freguesia de Arroios, em 24 de junho de 2015

O Grupo do Partido Socialista